

ANAIS DO  
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E  
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob  
a direção do Prof. Eurípedes  
Simões de Paula.



São Paulo  
1969

## MIGRAÇÕES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM SANTA CATARINA (\*).

WALTER F. PIAZZA

Professor de História Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (SC).

### MIGRAÇÕES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS.

A ocupação do solo catarinense, dentro da perspectiva histórica, através de migrações externas e internas, se enquadra, *grosso modo*, em grandes fases de integração:

- a). — do litoral;
- b). — dos vales litorâneos;
- c). — do planalto;
- d). — do médio e extremo-oeste.

Vejamô-las, em largos traços, a sua evolução e fundamentando, tanto quanto possível, as suas heranças e a sua posição no complexo social do nosso Estado.

\*

- a). — *Integração do litoral.*

Esta área do nosso Estado, foi — da mesma forma que toda a orla marítima brasileira — a primeira a ser povoada.

Nela, inicialmente, se fixaram náufragos e desertores, especialmente de esquadras espanholas que demandavam o sul, antes mesmo da fundação e ereção civil e eclesiástica das primeiras povoações no decorrer do século XVI.

Sòmente no século XVII dá-se a fixação dos primeiros núcleos — de origem vicentista — da vida litorânea catarinense: São Francisco, Destêrro (hoje Florianópolis) e Laguna.

Estas povoações são pontos que se fixam, mas, excetuando Laguna que, através dos seus elementos, exerce ação penetradora nos

(\*). — Comunicação apresentada na 6a. sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

campos do Viamão, elas pouco ou nada representam no contexto social e político, pois estão isoladas, não têm ligações de qualquer espécie entre si.

Só, mais tarde, de 1738 a 1756, há uma fórmula de fixação e integração do litoral catarinense, efetivamente, na comunidade brasileira: é o povoamento açoriano-madeirense que dá coloração à nossa sociedade.

Santa Catarina tinha, em 1748, 4.197 almas e com o grande fluxo migratório das Ilhas dos Açores recebeu um total aproximado de 4.014 pessoas, dobrando, assim, em menos de dez anos, o seu contingente populacional.

Além do crescimento populacional, êste fluxo migratório preencheu os vazios entre as três primeiras povoações litorâneas, e caracterizou o panorama sócio-cultural desta área do nosso Estado.

Mas, apesar de preenchidos os claros entre as povoações litorâneas, êste povoamento não se aprofundou para o interior, porquanto a floresta tropical, exuberante, amedrontava os ribeirinhos, enquanto que a frente da serra impedia o avanço e o impediu durante quase 100 anos.

b). — *Integração dos vales litorâneos.*

Os vales litorâneos catarinenses têm a sua integração processada a partir da segunda década do século XIX.

Se, de início, é tímida a tarefa colonizadora, a partir da metade do século se avoluma e traz significativa contribuição ao panorama sócio-cultural de Santa Catarina.

Assim, em 1829, no vale do Maroim, é localizada a primeira colônia de elementos germânicos — São Pedro de Alcântara; em 1836, no vale do Tijucas, elementos de origem sarda são os pioneiros da colônia Nova Itália.

São tímidas experiências: São Pedro de Alcântara é a integração, na comunidade catarinense, de 635 pessoas de origem alemã, às quais, posteriormente, no mesmo ano, se adicionaram 59 outros cidadãos alemães. Ressalte-se que, do total de 694 pessoas, 162 eram ex-soldados dos batalhões alemães dissolvidos no Rio de Janeiro. Tinham êstes elementos capacidade para, como agricultores, sobreviver, numa região montanhosa, de características climáticas tropicais?

Das 694 pessoas, muitos não eram lavradores e sim artesãos, além daqueles que, dêsse número, já citamos como soldados.

Em 1837, já elementos desta colônia de São Pedro de Alcântara, em procura de novas e melhores terras, demandaram o vale do Cubatão e se fixaram na Vargem Grande.

E, mais tarde, desta colônia outros elementos vão se fixar no vale do Itajaí (Blumenau) ou no litoral norte (Joinville) ou, ainda, demandar o vale do Tubarão (Armazém) ou do Araranguá (Forquilha).

Poderia sobreviver tal colonização, com condições de solo e de clima diversas da sua área de origem: a Europa central e nórdica?

Evidentemente, não!

Na mesma época, dentro do mesmo processo migratório, está a localização de 55 colonos alemães que são levados para o Alto Biguaçu e que são lindeiros com a colônia de São Pedro de Alcântara e, portanto, integrados no mesmo complexo, tendo, entretanto, outras condições de sobrevivência: em lugar vales íngremes, a planície aluvial.

Até aqui temos empreendimento governamental, que os localizou em lotes e abandonou-os à própria sorte!

Nova Itália, organizada pela firma Demaria & Schutel, constituída por Carlos Demaria e Dr. Henrique Schutel, respectivamente cidadãos ingleses, mas de origem italiana o primeiro e suíço o segundo.

Foram 186 pessoas vindas do então Reino da Sardenha para a margem direita do rio Tijucas, na colônia “Nova Itália”, mas, somente 116 ali se localizaram.

Uma série de fatores influíram na estagnação desse empreendimento pioneiro, como os desentendimentos entre os empresários e os colonos, falta de meio-de-comunicação para comercialização dos seus produtos, acrescida pelos problemas de enchentes e do ataque de indígenas e pela falta de novo sangue vivificador.

Mas, transformada em 1846, em Colônia “Dom Afonso”, arrastou-se pelos anos a fora, sob os auspícios governamentais, sem apresentar progressos.

Quase simultaneamente organiza-se a colônia “Itajaí”, no baixo vale do Itajaí-açu, em áreas de planícies aluviais, em 1836, por Lei Provincial de 11 de maio de 1835, com 141 pessoas, sendo, na maioria, nacionais.

Esta colônia arrastou-se até 1852, sem apresentar condições excepcionais de progresso, devido, em especial, às administrações que teve.

Um novo tipo de movimento migratório surge em terras catarinenses, em 1842: a colônia industrial do Saí.

Trata-se de uma experiência baseada nas idéias socialistas de Charles Fourier e que, sob a orientação do dr. Bento José Mure trouxe à península do Saí, ao norte de São Francisco do Sul, 100 franceses.

E, sendo uma colônia de artesãos e operários especializados, faltou-lhes a necessária base agrícola para a sobrevivência e a mais simples atenção governamental. E, de tal ordem foram os fatos que o representante do govêrno francês junto à Côrte do Rio de Janeiro, em 1844, solicitava a Paris que obstasse o embarque de novos membros para aquela Colônia.

Dissolvida a sociedade, espalharam-se pela vasta península do Saí, enquanto uns se estabeleceram nas margens do Palmital, outros conservavam-se no Saí, lutando pela hegemonia na colônia. E, desta forma, se esfacelou um sonho!

Em 1843, novamente no vale do Tijucas, desta vez no seu tributário o ribeirão do Moura, Manuel Floriano da Silva, em concessão de terras ali obtida, instalou uma colônia. Inicialmente com os filhos e um genro fixou-se àquela gleba.

Sem auxílio governamental ela vicejou e se integrou na comunidade catarinense.

Em 1845 era a vez de belgas entrarem em cena.

Charles Van Lede, após uma viagem pelo Brasil, estruturou uma "sociedade belgo-brasileira de colonização".

Localizada a colônia às margens do rio Itajaí-açu, ali foram estabelecidos cêrca de 150 belgas, e as demoras na fixação e as divergências com os diretores foram motivos de desorganização e desordens.

E, independentemente de qualquer administração, sem interferências governamentais integraram-se na vida catarinense.

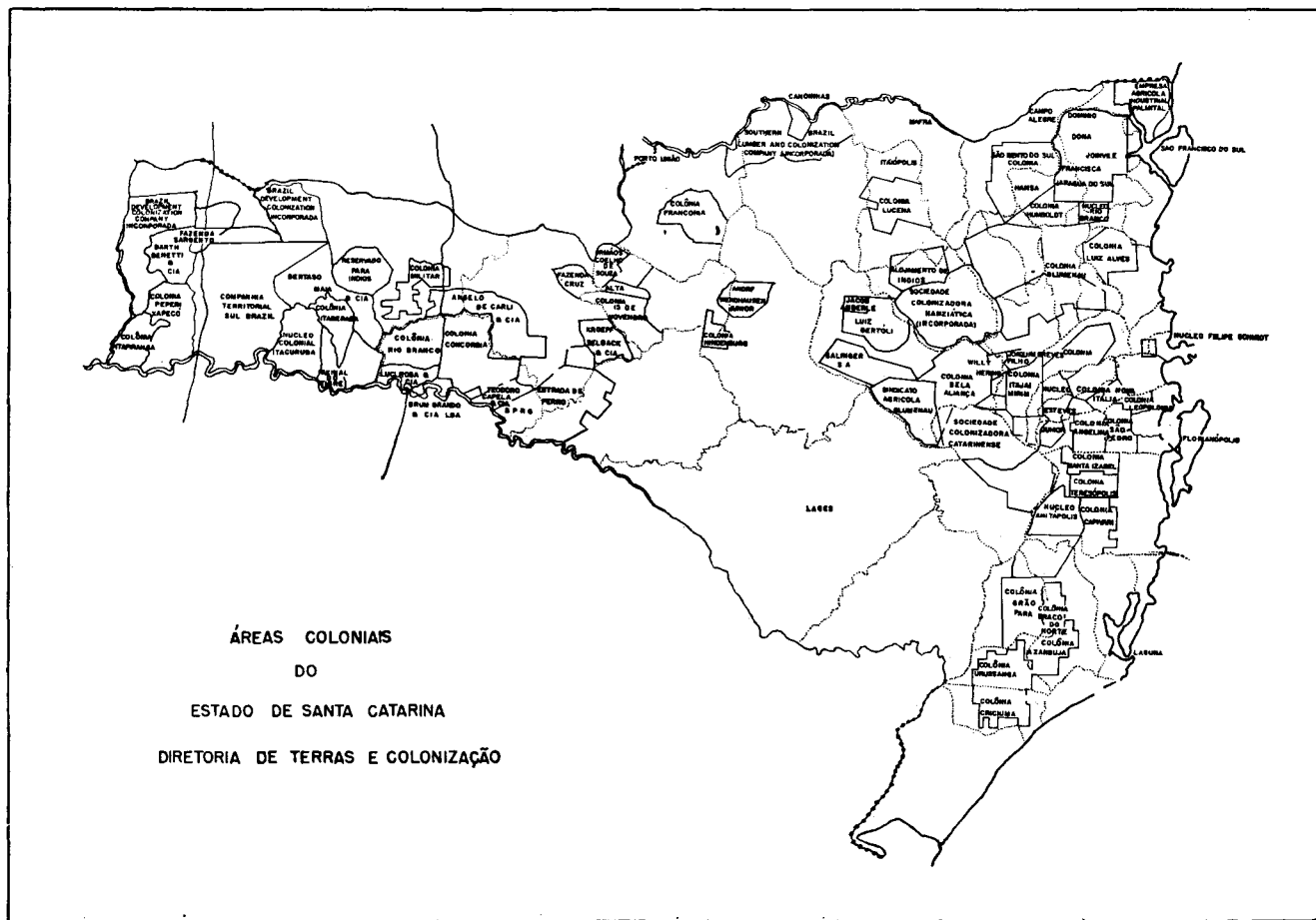
Após essa, teve início, em 1847, a Colônia Piedade, que, diretamente subordinada ao govêrno imperial, recebeu, inicialmente, 150 colonos de origem alemã.

Localizados no litoral, em sítio que fôra anteriormente uma "armação" de pesca de baleias, era impróprio para a agricultura e necessitava de meios mais fáceis de comunicação. Em seis anos não restava no local um único dos colonos originais. Todos se localizaram nas colônias das vizinhanças.

No mesmo ano (1847), instala-se a colônia Santa Isabel, em área contígua à da Vargem Grande.

Foi uma fundação do Govêrno Imperial, iniciada, em 1846, com 114 pessoas, acrescida, em 1847, com mais 79 indivíduos e, logo, mais outros 37. Esse número cresceu nos anos subseqüentes, alcançando, em 1869, 1.268 habitantes, quando foi emancipada pelo govêrno, constituindo-se em "freguesia".

Essa colônia não apresentou um desenvolvimento econômico destacável. A maior parte dos colonos continuou praticando uma agricultura tropical, sem adoção de melhores técnicas e, por isto mesmo, foram, pouco a pouco, vendo o depauperamento do solo e, concomi-



tantemente, a redução da sua produção. Muitos dos seus integrantes dirigiram-se ao baixo e médio vale do Itajaí, nos primórdios da colonização; outros, nos dias atuais avançaram em demanda ao planalto, numa atividade de maior e mais rápido rendimento econômico: a indústria madeireira.

Surge, em 1850, um grande empreendimento particular, e, por isto mesmo, merecedor de destaque: a colônia “Blumenau”.

No médio curso do Itajaí-açu, logo acima da colônia “Itajaí”, o dr. Hermann Bruno Otto Blumenau resolveu pôr em prática os seus conhecimentos administrativos e desenvolver as suas teorias colonizadoras.

Comissionado pela “Sociedade de Proteção dos Emigrantes Alemães”, de Hamburgo, em 1848, entrara em contacto com a realidade brasileira, percorrendo o Rio Grande do Sul, e, posteriormente, Santa Catarina.

Dêsse contacto inicial, nasceu a idéia de colonização às margens do Itajaí-açu, ao lado da desembocadura do ribeirão “Velha”, onde se fixaram os 17 pioneiros, entre os quais, somente três, eram lavradores, os demais eram artesãos. E esta será a constante nas demais listas de imigrantes e, de certa forma, explicará a rápida aglutinação nos centros urbanos do vale do Itajaí, de uma tradição industrial, em contraposição à tradição agrícola do imigrante italiano.

De 1850 até 1860 — quando a colônia Blumenau, passou, do domínio particular ao do Governo Imperial — há que ressaltar serem os métodos de trabalho fecundamente ponderáveis.

Dos 17 alemães de 1850, são 943 habitantes da Colônia em 1859. Em janeiro de 1860, a Colônia passa ao Governo Imperial, mas, continua sob a direção do seu fundador. Mantêm-se, assim, os mesmos métodos administrativos e o equacionamento dos problemas não sofre solução de continuidade.

E os vales tributários do Itajaí-açu foram sendo, paulatinamente, povoados.

E quando, em 1883, foi emancipada a colônia possuía 16.380 habitantes, dos quais 61,5% (10.088) protestantes e 38,5% (6.290) católicos, mas já possuía engenhos de açúcar, engenhos de farinha de mandioca, descascadores de arroz (6), moinhos de fubá (29), engenhos de serrar (38), olarias (12), fábricas de louça de barro (3), fábricas de tecidos de algodão (2), cervejarias (8), fábricas de vinho e de vinagre (4), padarias (10), açougues (4), fábricas de sabão (2) e tipografia (1), além de apreciável número de artesãos e operários especializados.

sária ao seu desenvolvimento, e, pelos caracteres de cultura tradicional, predominantemente urbano, deu-lhe a ênfase industrial.

Esclareça-se, neste ponto que, a partir de 1875, sob a denominação de “austriacos”, entram nesta e noutras áreas coloniais de Santa Catarina, italianos do norte, da “Itália Irredenta”, então sob dominação austríaca. Estes contingentes vão se localizar no vale do Benedito, tributário do Itajaí-açu e daí alcançar, por si ou seus descendentes, outras áreas, como o alto vale do Itajaí do Oeste ou, ainda, os formadores do Itajaí do Norte.

Estes elementos criaram uma estrutura econômico-agrícola que, até hoje, persiste nestas áreas, notadamente na cultura do arroz e do fumo, além da vinha.

No ano seguinte, 1851, planta-se em nosso Estado de Santa Catarina, outro marco colonizador: a Colônia “Dona Francisca”.

Esta colonização tem por base o aproveitamento dos territórios dotais da Princesa D. Francisca, desposada pelo Príncipe Francisco Fernando Filipe de Orleans, Príncipe de Joinville, em 1843.

Em 1848, as revoluções sociais afetam a França e a Alemanha; nesta fomenta a onda emigrantista, naquela força o Príncipe, agora exilado na Inglaterra, a negociar o aproveitamento dos territórios dotais como forma de suprir as suas exigências de subsistência.

Dessa forma, em 1849, é assinado o contrato entre os Príncipes de Joinville, representados por Léonce Aubé, e o senador Christian Mathias Schroeder, de Hamburgo, sobre oito léguas quadradas de terras, a serem escolhidas pelo concessionário, contra a introdução de, pelo menos, 1.500 pessoas em 5 anos, ficando acertada uma futura concessão de mais doze léguas quadradas de terras para introdução, nos anos seguintes, de mais 2.500 pessoas.

Schroeder, com base em dispositivo contratual, organizou a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”.

Esta sociedade além de canalizar, através de propaganda escrita, emigrantes para o Brasil, deu uma sacudidela na vida catarinense, primeiramente no litoral norte, atingindo os seus reflexos outros pontos do Estado.

E, a 22 de maio de 1850, chegam à confluência dos rios Bucarein e Cachoeira os representantes dos Príncipes de Joinville e da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, para tomarem posse das oito léguas quadradas.

Os primeiros emigrantes, em número de 124, em janeiro de 1851, partem de Hamburgo, e destes, 118 chegam com vida à colônia, no dia 9 de março de 1851, na sua totalidade suíços, na maioria lavradores, pois, de acordo com os desejos dos colonizadores “os primeiros núcleos deviam apresentar um caráter rural”. Mas, havia os tecelões.

No dia seguinte, desembarcam 61 noruegueses, dos quais, em fins de 1852, restavam na colônia apenas 9, mas, foram de grande valia, pois eram marceneiro, padeiro, ferreiro e, também lavradores.

E êstes lavradores tiveram que se distanciar da sede da colônia à procura dos terrenos cristalinos, em vista de que os mais próximos da colônia eram antigos mangues.

Em julho chegam mais 118 pessoas, das quais 101 eram de nacionalidade suíça.

Nos fins do ano — em setembro de 1851 chegam 75 novos emigrantes — eram oficiais do antigo Exército Alemão, capitalistas e homens de gabarito intelectual — agrimensor, teólogo e médico — além de artesãos.

Estão, assim, fortemente lançadas as bases de uma próspera colônia, onde se construía, dia a dia, novas casas, onde se alargavam os negócios e os lavradores não lavravam o solo com enxadas, mas com arados à tração animal, dentro da tradição européia, ao contrário dos seus antecessores que se prendiam às enxadas. E, surgem experiências de grandes plantações.

E, daí em diante, vai crescendo a população desta colônia. No primeiro ano são um total de 389 pessoas; no segundo ano, 679; no terceiro ano, 757; no quarto ano, 1.194; e, no quinto ano, 901 pessoas. Êste decréscimo aŉnotado é devido à procura do planalto de Curitiba por elementos da colônia, que a deixam por clima, mais semelhante aos dos seus países de origem.

Mas, a partir daí, há nôvo impulso irreversível — cresce populacionalmente e cresce econômicamente, pois acrescentam-se capitais novos, com a reformulação da empresa colonizadora, tanto no capital, como na sua direção européia e na local, e é melhor equacionado o problema das atividades agrícolas e das comunicações.

Em 1856, são 474 novas pessoas a crescerem a população, enquanto que, em 1857, foram mais 338, em 1858, o foram em numero de 637 pessoas — dêsses 143 eram belgas — em 1859 — expandiu-se mais para o norte — entraram mais 288 pessoas, mas, com a mobilidade social costumeira, nessas épocas, a sua população orçava em 2.475 almas.

Expande-se mais para o oeste, sul e sudeste — atingindo, assim, o vale do Itapocu e os seus tributários — é uma ocupação territorial sistemática. Em 1860, entram 628 pessoas; em 1861, são mais 272; e, em 1862, são outros 528.

Cada vez mais se avanta a Colônia!

Em 1863, entram 396 pessoas; em 1864, sômente 91 — diminuição esta motivada pela guerra entre a Dinamarca e a Alemanha, pela posse do Schlesvig-Holstein, que se torna alemão; em 1865, entraram 239 pessoas, alcançando a sua população um total de 4.275

almas e inaugura-se uma estrada para o planalto sedimentar norte-catarinense, para onde haveria de se estender dali um nôvo fluxo colonizador: a colonização dos campos de São Miguel e do vale do São Bento.

Essa colonização desenvolveu-se com base em intensa propaganda escrita na Europa, especialmente entre os integrantes do Império Austro-Húngaro: austríacos, tchecoslovacos, pomeranos e galicianos (poloneses) e, também, dinamarqueses.

Essa localização, já no planalto sedimentar norte-catarinense, muito agradou aos emigrantes, pois era “um tanto semelhante às montanhas e matas da nossa terra” — no dizer de um deles que, além do mais, receberam tratamento equânime da empresa colonizadora. E dali, mais penetraram para o planalto.

Com a criação, em 1866, do município de Joinville, integra-se a colônia “Dona Francisca” no complexo social catarinense.

Já vimos as condições dessa integração — o constante fluxo de elementos humanos operosos e amplamente amparados pelos empreendedores.

Neste interim, fôra criada, em 1853, a Colônia “Leopoldina”, com 38 belgas e alemães, mas, vários contratemplos fizeram-na estacionar. Situava-se no alto vale do rio Biguaçu.

Em 1854, no intuito de assegurar uma ligação com o Planalto, foi estabelecida a Colônia Militar Santa Teresa, iniciada com 19 soldados e alcançando, no mesmo ano, 61 pessoas, localizando-se na margem do Itajaí-mirim.

Os soldados-colonos possuíam, também, ofícios.

Esta área, ocupando fértil vale, entretanto, tinha um aumento populacional e econômico muito reduzido, pois que, se baseava mais na atenção que os governos lhe devotavam, do que na iniciativa privada. Era um reflexo do tradicional paternalismo.

Em 1886, ali residiam 734 colonos, dos quais 722 ligados à agricultura e os restantes a pequenos artesanatos. E, assim, perdeu até a sua emancipação, em 1896.

Em 1860, em prosseguimento à ocupação do Vale do Cubatão, a partir da foz do rio do Cedro, marcava o princípio da Colônia “Teresópolis”.

Em dois anos tinha a colônia 622 pessoas, oriundas da Alemanha. Pouco a pouco alcançaram o divisor de águas entre os rios Cubatão e Capivari, com um acréscimo populacional razoável, até a sua emancipação em 1869. Foi, na transposição do vale do Cubatão para o do Capivari, em 1864, que se fundou São Bonifácio, no alto curso do rio Capivari e, daí, pouco a pouco, se espraiando a colonização pelos seus afluentes, em demanda ao vale do rio Tubarão.

No mesmo ano de 1860, no divisor de águas entre os rios Tijucas e Moroim, sob os auspícios do Governo da Província de Santa Catarina foi organizada a “Colônia Nacional Angelina”.

Só em 1862 dá-se início a sua ocupação, em terrenos férteis, mas isolados e sem vias de comunicação para exportação de seus produtos. Se, em 1862, eram 187 pessoas; em 1863, 218; em 1864, 308; em 1865, 506; em 1866, 635; em 1867, 784; em 1871, 977; em 1872, 1.100; com a entrada de 12 famílias alemãs em 1873 — quando passou a ser custeada pelo Governo Imperial — decaíra para 835 pessoas, elevando-se, entretanto, no ano seguinte, em 1874, para 1.155.

Esta colônia, emancipada em 1881, não apresentou grandes progressos até a sua emancipação e, só quando foram estabelecidos caminhos mais permanentes para trânsito de veículos, é que tomou alento e progrediu.

Ainda em 1860 há uma outra fundação de colônia, de grande repercussão: nas margens do rio Itajaí-mirim, a nova colônia “Itajaí”, que desde o seu início foi denominada “Brusque”, em homenagem ao dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, Presidente da Província de Santa Catarina e seu fundador, por ordem do Governo Imperial.

Entraram, então, 55 pessoas, tôdas alemãs, e, ainda, nesse mesmo ano de 1860, mais 132 pessoas, numa segunda leva 184, e, numa terceira 31 pessoas, num total de 412 habitantes.

Numa ampla várzea, situou-se êste empreendimento colonizador.

Junto à Colônia “Brusque”, na confluência dos rios Águas Claras e Itajaí-mirim, em 1867, situou-se a colônia “Príncipe Dom Pedro”. Estas colônias têm vida intimamente ligadas entre si, pois, a final, a última fôra incorporada àquela.

O crescimento populacional se fazia sentir de ano para ano; a sua população, em 1862, era de 727 pessoas; em 1863, 955; em 1864, 1.121 — com vida social definida e uma ativa vida econômica, praticada por alemães, holandeses, franceses, suíços e tirolezes!

Em 1865 era de 1.269 pessoas; em 1866, 1.333; em 1867, 1.448 habitantes — com uma sede já arruada! Já havia uma incipiente industrialização.

Em 1869 as levas colonizadoras desta área são encaminhadas para o oeste da colônia e a população total orçava em 1.673 pessoas e, no ano seguinte, 1870, eram 1.728 habitantes.

O ano de 1875 assinala a entrada de franceses e lombardos e outros italianos do norte — sob a denominação de “austríacos”, dada a conjuntura política da península italiana. Apresenta-se a colônia, em 1875, com 4.568 habitantes, dos quais 1.114 “austríacos”. Em 1876, a população da colônia alcançava 8.110 habitantes.

Acrescente-se que, nesta data, alcançavam os limites sul da colônia o rio do Braço, um dos formadores do Tijucas, e seus tributários, após vencer o divisor de águas do Itajaí-mirim com o Tijucas.

E, o crescimento populacional ainda se fêz sentir, dia a dia, criando uma estrutura social e econômica que se avantajou de tal forma marcante ao se emancipar em 1882.

Ressalte-se que a sua estrutura industrial e fabril é urbana ou suburbana, onde se localizaram os primeiros emigrantes de origem alemã, com cultura artesanal, ao passo que o seu contexto agrícola e rural advém, ponderavelmente, do elemento italiano.

A colonização dos vales do Tubarão, Mãe Luzia e Araranguá são um encadeamento lógico, a partir de 1876.

E' um importante fato, pois que integra uma nova área na vida social e econômica do nosso Estado.

As colônias "Azambuja" e "Urussanga", pioneiras desta época, são os focos de onde se espalham os emigrantes, no sul do Estado.

Iniciada no vale do rio Pedras Grandes, afluente do rio Tubarão, no seu afluente rio Cintra e seu confluente, bem como no seu tributário Canela Grande, com 291 italianos, localizados em "Azambuja".

Em seguida, o são no vale do rio Urussanga.

No ano de 1877, em Azambuja localizaram-se 279 emigrantes e outros 191 foram localizados no patrimônio do Conde D'Eu, na colônia do "Grão-Pará".

No ano seguinte, em 1878, começou a colonização do vale do Urussanga.

Dai, através do rio América ultrapassou-se o divisor-de águas do rio Mãe Luzia, em direção norte também e, neste como naquele vale, aparecem em seguida, outros empreendimentos colonizadores!

Estes empreendimentos tiveram lento desenvolver, até 1888, quando se funda o núcleo "Acioly de Vasconcelos", abrangendo Cocal e Criciúma.

Tem em 1888 a colônia Azambuja um total de 3.949 habitantes — entrados a partir de 1876 sem solução de continuidade — dos quais 1.098 em Azambuja, 1.960 em Urussanga, 422 em Acioly de Vasconcelos e 469 em Presidente Rocha: aí se representavam italianos de várias áreas da Península.

Em 1890, entram, também, no núcleo Acioly de Vasconcelos, poloneses e russos — êstes num total de 1.307 pessoas.

Em 1891, a firma Ângelo Fiorita & Cia. propõe-se a introduzir emigrantes italianos para o Brasil meridional, realizando, então, nas províncias de Treviso, Beluno, Bérghamo, Pádua e Mântua intensa atividade propagandística da "Colônia Nova Veneza".

Entretanto, antes de receber os seus primeiros emigrantes, vendeu seus direitos à Companhia Metropolitana, no vale do Mãe Luzia.

No mesmo ano de 1891, ali se localizavam 2.198 pessoas, procedentes da Itália, situando-se no vale do rio Mãe Luzia e dos seus afluentes e confluente. Em 1892, são mais 1.341 almas — de Bér-gamo, de Cremona, de Ferrara, de Veneza e de Mântua — que se fixam, mais ao sul. Em 1893 são 176 e, no ano seguinte de 1894, são somente 11.

Recorde-se que nestes dois últimos anos, o Brasil meridional — especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul — estava convulsionado pela Revolução Federalista.

Ao sul da concessão da Cia. Metropolitana, em 1891, foi iniciado o trabalho colonizador pela Companhia Brasileira Torrene, entre o rio Araranguá, e os seus afluentes, o Mãe Luzia, o Manuel Alves, o Cedro e outros, onde se localizaram emigrantes italianos e poloneses, em especial.

Concomitantemente, no vale do Tubarão, em seu curso médio, inicia-se a “Colônia Grão-Pará”, em terras do patrimônio dotal dos Condes D’Eu, através de concessão ao comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, em 1881.

Esta concessão, pelo concessionário, foi transferida à Empresa de Terras e Colonização.

A sua população, em 1891, era de 1.206 pessoas, ao passo que em 1902, eram 5.874 habitantes, onde há uma ligeira predominância de poloneses, seguidos por italianos, espanhóis, alemães e russos.

E, ainda, mais uma tentativa particular num vale litorâneo: a Colônia “Luís Alves”, em 1877, às margens do rio de igual nome, iniciada pelo engenheiro Júlio Grothe.

No fim de 1877 eram 230 habitantes e em 1878, eram 500 pessoas, predominantemente de origem italiana. E, dada a sua situação, em 1880, foi mandada extinguir, apresentando-se, entretanto, com um desenvolvimento lento, mas animador.

Completando o quadro da ocupação dos vales litorâneos, já no período republicano, em 1891, o Governo da República, instituiu os Núcleos Coloniais, onde se fixam contingentes de origem européia. Tais são os de Anitápolis, nas mais altas nascentes do Cubatão, Esteves Júnior, no vale do Boa Esperança, um dos formadores do Tijucas, e Barão do Rio Branco, com famílias alemãs, russas e italianas.

O Governo do Estado de Santa Catarina concedeu, em 1895, à “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, terras nos vales do Itapocu e Hercílio ou Itajaí do Norte. Esta concessão foi transferida, no mesmo ano, daquela empresa para outra que se organizara, na Alemanha, com os mesmos objetivos: a “Sociedade Colonizadora Hanseática”.

Coube a esta a colonização do vale do rio Itajaí do Norte, a partir de 1897, com elementos alemães e uns poucos poloneses e russos, ao passo que os italianos, hoje ali fixados são elementos saídos, em segunda geração, das áreas dos rios Benedito e dos Cedros.

Estava assim, antes de se iniciar o século XX, estruturada a integração dos vales litorâneos no contexto social de Santa Catarina e, concomitantemente, as frentes pioneiras dêsses mesmos vales avançavam em demanda ao planalto.

Corresponde a esta integração uma estrutura econômico-social baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar, dentro de uma herança cultural nitidamente européia, mas que, pouco a pouco, aqui e ali, experimenta mudanças culturais.

\*

c). — *Integração do planalto.*

O planalto basáltico, na sua parte oriental, sofreu uma primeira fase povoadora, no chamado “ciclo do couro”, quando era caminho entre as “vacarias” do sul e a feira de Sorocaba e outros entrepostos de gado.

E foi, nessas idas e vindas, que se fixaram paulistas e mineiros no “sertão”, até que, em 1766, Antônio Correa Pinto é incumbido pelo Governador da Capitania de São Paulo, d. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, de fundar uma povoação.

Nasce assim a vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, marco inicial do povoamento das pastagens do planalto oriental.

Entretanto, desde 1728, com a abertura da “Estradas dos Conventos”, no seu roteiro se fixam fazendas de criação e pousos para invernar a tropa.

Outras áreas adjacentes vão, pouco a pouco, integrando-se social e economicamente, em regime pecuarista e, por isso mesmo, de grandes propriedades, ocupando aquela área que se denomina “Campos de Lages”, como é o caso de Campos Novos e Curitibanos.

Esta mesma área, a partir da segunda década do século XX sofre novo processo de integração: de um lado, do leste, avança uma frente pioneira, oriunda dos excessos populacionais das colônias dos vales litorâneos que vão se fixando nas mais altas nascentes dos rios do planalto e, pouco a pouco, ocupando os seus vales, iniciando, ali, uma estrutura econômico-social idêntica a das áreas dos vales litorâneos, como, por exemplo, o vale do Urubici.

Uma outra frente pioneira vem do sul: são os excedentes populacionais das colônias alemãs e italianas dos vales sul-riograndeses além de poloneses e ucranianos, refluídos do Paraná, que se integram no nor-

te-catarinense — Pôrto União, Canoinhas, Mafra, Itaiópolis e áreas vizinhas — e que daí infletem para o sul e para o médio e extremo-oeste.

\*

d). — *Integração do extremo-oeste.*

O extremo-oeste catarinense, é aqui considerado como a região compreendida entre o vale do rio do Peixe e a calha do Peperi-Guaçu, tem a sua integração no contexto catarinense processada tardiamente.

Sòmente a partir da segunda década do século XX, quando as razões de ordem político-administrativa que a impediam, cessaram.

De um lado a questão fronteiriça entre o Brasil e a Argentina, conhecida como “Questão de Missiones” ou como “Questão de Palmas”, que foi resolvida, satisfatòriamente em 1894. Entretanto, a ocupação humana da área teve início em 1839, com a concessão de sesmarias naquela área, a criadores de Guarapuava, e melhor desenvolvida com a criação, em 1859, da Colônia Militar do Chapecó, nas terras à margem esquerda dêste rio, mas, sòmente, instalada em 1882, devido à questão acima aludida.

Posterior a essa fixação de fronteiras é estabelecido um pôsto avançado da soberania brasileira, com a fundação oficial de “Dionísio Cerqueira”, nas nascentes do Peperi-Guaçu, em 1903.

Por outro lado, a “Questão do Contestado”, entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, só resolvida, efetivamente em 1917, retardou ainda a integração efetiva desta área.

No meio-oeste, entretanto, a integração tem como fator preponderante a construção da linha férrea ao longo do vale do rio do Peixe, a partir de 1910.

E' êsse, indiscutivelmente, o marco colonizador de tòda a área do meio e extremo-oeste, pois que a *Brazil Development & Colonization Company*, construtora da estrada de ferro recebera concessões territoriais em ambos os lados da via férrea, vendendo essas glebas às emprêsas colonizadoras como Luce Rosa & Cia., Colonizadora Capelli, Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., Colonizadora Brum, no rio do Peixe e no alto vale do Chapecó, enquanto que, entre o Chapecó e o Peperi-Guaçu, destacaram-se os empreendimentos colonizadores de Ernesto Bertaso & Cia., Cia. Territorial Sul-Brasil e a Emprêsa Pepery-Chapecó Ltda., que, efetivamente, integraram essa área no contexto sócio-econômico de Santa Catarina, com os refluxos populacionais de excedentes das várias áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul.

Esta fase de integração, iniciada a meio século, ocupou todo o planalto basáltico de Santa Catarina, o que se exprime, de forma clara, através das mesmas expressões económico-sociais das áreas de colonização alemã e italiana, acentuados pelos traços aculturativos do pampa sul-riograndense: o uso da bombacha, mesmo nas atividades agrícolas, o uso do chimarrão nos serões caseiros e como bebida social, além do predomínio do vocabulário gauchesco, com a exploração económica da pequena propriedade, em regime familiar.

Sabe-se, por indagações realizadas, que estas migrações foram, sucessivamente, avançando nestes últimos sessenta anos. Primeiramente, ocuparam as margens catarinenses do rio Uruguai e, pouco a pouco, foram sendo ocupados os vales dos seus principais afluentes e, daí, em direção norte, até alcançarem as terras do Paraná, e este movimento é caracterizado economicamente pela pequena propriedade, explorada familiarmente, e pela agricultura de subsistência, aliada à exploração intensiva da suino-cultura, em desenvolvimento de industrialização.

Esta, em largos traços, a integração das várias áreas no contexto sócio-económico catarinense, no que tange à contribuição externa, quer estrangeira, quer nacional.

\*

### CONCLUSÕES.

1. — No tocante ao povoamento vicentista é de se ressaltar que não deixou marcas no contexto cultural do Estado de Santa Catarina. E', tão só, uma atitude política, em função da fixação do *uti possidetis*, tendo-se como certa a atribuição dos domínios portugueses, no Brasil-meridional, abrangendo o litoral sul-catarinense.

2. — A colonização açoriana fixou na paisagem cultural do litoral catarinense marcas inolvidáveis, além de reafirmar o velho conceito do *uti possidetis*:

a). — sendo pescador e/ou agricultor de subsistência, fixou-se em orla litorânea, dedicando-se à agricultura como meio complementar à atividade pesqueira, sem ter nesta evoluído técnica ou economicamente;

b). — transplantou, entretanto, de maneira excepcional o seu contexto de cultura espiritual e material — folgedos e folclore literário, da mesma forma que técnicas de subsistência e de transformação, além de artesanatos;

c). — exerceu, em algumas áreas do Estado, influência sobre outros contingentes, facilitando o processo aculturativo.

3. — A colonização alemã grava alguns traços da sua cultura:

a). — nas paisagens urbanas, são de molde a identificar-se com o nosso crescimento industrial, especialmente correlacionado com as indústrias textil, metalúrgica e de alimentação, pela paulatina e gradual transformação do artesanato em indústrias familiares e, pouco a pouco, melhorando as suas condições de produtividade.

b). — fixa, um problema de não assimilação, baseada no princípio de superioridade racial, devido ao abandono e isolamento a que foram deixados pelos governos brasileiros quanto aos problemas de educação, saúde e comunicações, que superaram com a ação comunitária, coadjuvada ou não pelos governos dos seus países de origem ou de instituições daqueles países;

c). — no campo agrícola, presos aos costumes tradicionais da cultura européia, ou se adaptam às técnicas da agricultura tropical, vencendo, economicamente, a duras penas, ou então, sempre e, cada vez mais, procuram novas terras, abrindo ou consolidando novas frentes pioneiras e isto também, em função da sua estrutura familiar, com os problemas advindos da enorme quota de natalidade nas áreas rurais ou rurais-urbanas e o direito de primogenitura.

4. — A colonização italiana, pelo seu contexto cultural, latino e católico-apostólico-romano, foi mais facilmente assimilado e, acostumado a um clima mais assemelhado ao nosso, apresenta:

a). — boa adaptação à agricultura tropical, com o uso, inclusive, de técnicas caboclas e, por sua vez, introduzindo ou desenvolvendo cultivos próprios da península itálica, com grande êxito, como o arroz, a vinha, o fumo, ao passo que, pela concorrência da sêda artificial, não prospera na cultura do bicho-da-sêda;

b). — apresenta, no panorama arquitetônico de Santa Catarina, a fisionomia das suas igrejas monumentais ou, então, os seus oratórios ou nichos disseminados à beira das estradas, demonstrando a sua religiosidade.

c). — estabelece, no contexto social, um elemento de alto índice prolífico, elevando o contingente populacional e, desta forma, impelindo novos grupos humanos, dos seus excedentes, a procurarem áreas novas.

5. — A colonização polonesa, quer vinda diretamente da Europa, a partir de 1880, quer pelo refluxo do vizinho Estado do Paraná, apresenta aspectos distintos, notadamente nos gêneros de vida, e, em especial, nas técnicas agrícolas.

6. — De tôdas as observações feitas, possivelmente falhas ou deturpadas, por falta de estudos mais acurados e sistemáticos, ressalta uma estratificação social fundamentada no *status* econômico dos indivíduo se não em outros elementos sócio-culturais.

O Estado de Santa Catarina não foi infenso ao contributo negro-africano, mas, pela sua esparsa e diminuta projeção não pôde ser focalizada, bem como de outras minorias étnicas.



#### BIBLIOGRAFIA.

a). — *Integração do litoral.*

BOITEUX, Lucas Alexandre...

1918 — *Notas para a história catarinense*, Tip. Moderna, Florianópolis, 428 págs.

1953 — *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Rio de Janeiro, vol. 219, abril-junho de 1953, pp. 122-169.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues...

1948 — *Assuntos insulanos*, ed. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 98 págs.

1950 — *Os Açorianos*, "Anais do I Congresso de História Catarinense", vol. II, Florianópolis, pp. 503-608.

MENEZES, Manuel de Sousa...

1952 — *Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina*, separata da "Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira", Açores, 10. vol., 65 págs.

PIAZZA, Walter F. ...

1958 — *A vitória da cultura popular açoriana em Santa Catarina*, in "Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira", Açores. vol. XVI, nº 16, 13 págs. (separata).

s/d. — *A colonização açoriana em Santa Catarina — Novas perspectivas*, em vias de publicação na "Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira", Açores.

b). — *Integração dos vales litorâneos.*

AMARAL, Max Tavares d'...

1950 — *Assimilação e aculturação dos estrangeiros e seus descendentes no Vale do Itajaí*, in "Centenário de Blumenau", publicação comemorativa, Blumenau, pp. 355-363.

BOITEUX, Henrique...

1944 — *O Falanstério do Saí*, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina", Florianópolis, vol. XII, 1. semestre de 1944, pp. 47-90.

BOITEUX, Lucas Alexandre...

1939 — *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, ed. do Departamento de Estatística e Publicidade, Florianópolis, publicação nº 11, 65 págs.

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues...  
1958 — *Brusque. Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*, ed. Sociedade Amigos de Brusque, Brusque, Santa Catarina, 327 págs.
- CARVALHO, Manoel Deodoro de ...  
1951 — *Fundação da Colônia Dona Francisca*, s/editor, São Francisco do Sul, 15 págs.
- FERREIRA, Des. Vieira ...  
1939 — *Azambuja e Urussanga*, Diário Oficial, Niterói, Rio de Janeiro, 109 págs.
- FICKER, Carlos ...  
1965 — *História de Joinville (Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca)*, Impressora Joinville Ltda. Joinville, 447 págs.
- JAMUNDÁ, T. C. ...  
1948 — *Interpretação Regional do Município de Rodeio*, s/e., Florianópolis, 84 págs.
- MARZANO, Pe. Luigi ...  
1904 — *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*, Tip. Barbera, Firenze, tália, 335 págs.
- MATTOS, Jacintho Antonio de ...  
1917 — *Colonização do Estado de Santa Catarina*, Tip. "O Dia", Florianópolis, 241 págs.
- PIAZZA, Walter F. ...  
1950 — *Nova Trento*, ed. da Prefeitura Municipal de Nova Trento, Santa Catarina, Florianópolis, 186 págs.  
1963 — *Contribuição do italiano à agricultura em Santa Catarina*, in "Boletim Paranaense de Geografia", Curitiba, nº 8 e 9, fevereiro de 1963, pp. 23-49.
- SCHADEN, Francisco S. G. ...  
1940 — *Notas sobre a localidade de São Bonifácio (Santa Catarina)*, in "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", Florianópolis, 40 págs.  
1946 — *Notas para a história da localidade de Löffelscheidt*, São Bonifácio, Santa Catarina, 32 págs.
- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo ...  
1965 — *A História da Fundação de Joinville*, separata do "Boletim Stein", Joinville, 26 págs.
- SILVA, José Ferreira da ...  
1950 — *História de Blumenau*, in "Centenário de Blumenau", publicação comemorativa, Blumenau, pp. 5-51.
- VAN LEDE, Charles ...  
1845 — *De la colonisation au Brésil*, ed. Librairie Polytechnique Bruxelles, 427 págs.
- ZIPPERER, Josef ...  
1953 — *São Bento no Passado*, ed. particular, Curitiba (textos em português e alemão), 193 págs.

c). — *Integração do planalto.*

RAMOS, Vidal ...

1939 — *Notas sobre a fundação de Lages*, ed. Departamento de Estatística e Publicidade, Florianópolis, publicação nº 13, 25 págs.

RIBEIRO, Enedino Batista ...

1941 — *São Joaquim*, ed. Departamento Estadual de Estatística, Florianópolis, publicação nº 24, 71 págs.

SILVA, Osmar Romão da ...

1941 — *Rotas pioneiras de Santa Catarina*, in "Revista Brasileira de Geografia", do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1941, ano III, nº 4, pp. 805-814.

d). — *Integração do médio e extremo-oeste.*

BOITEUX, José Arthur ...

1890 — *Santa Catarina-Paraná: Questões de limites*, Tip. "A Tribuna", Rio de Janeiro, 85 págs.

1915 — *Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 1. vol. (1915) e 2. vol. (1918) em Azevedo & Irmãos, Rio de Janeiro, e 3. vol. (1940) em Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 182, 142 e 190 págs.

1931 — *Oeste Catarinense*, ed. Livraria Central de Alberto Entres, Florianópolis, 28 págs.

\*  
\*   \*  
\*

## INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Ruy Christovam Wachowicz* (FFCL. da Universidade Federal do Paraná. PR.).

1.º). — Pergunta porque o Autor, face à importância dos dados estatísticos apresentados, não esclareceu ao pé da página as fontes em que se baseou. Essa lacuna, a seu ver, vem prejudicar o estudioso do problema, pois, para encontrar qualquer uma de suas informações, terá o mesmo de vasculhar tôdas as obras consultadas pelo Autor e indicada na bibliografia.

2.º). — Nas páginas 453-454 o Autor afirma que poloneses e ucranianos teriam refluído do Paraná e se integraram na região norte-catarinense (Pôrto União, Canoinhas, Mafra, Itiópolis). Pe-de vênia para contestar essa afirmação, sobretudo em relação aos poloneses. Êstes não refluíram do Paraná para Santa Catarina, mas ao contrário, processa-se um grande movimento migratório de populações polonesas do norte de Santa Catarina para o Paraná, a

tal ponto, por exemplo, que a colônia de Itiópolis (Lucena) estagnou em seu desenvolvimento demográfico.

3.º). — Na página 442 o Autor afirma que “vales litorâneos catarinenses, têm a sua integração processada na segunda metade do século XIX”. Logo em seguida, surge a afirmativa de que “em 1829, no vale do Maroim, é localizada a primeira colônia de elementos germânicos”. Logo, se a imigração alemã iniciou-se em 1829 (3a. década), o que veio iniciar a integração dos vales litorâneos na segunda década do século XIX?

4.º). — Em suas conclusões, diz o Autor à página 456, item 5, que a colonização polonesa surge em Santa Catarina a partir de 1880. Ora, nas páginas 448-449, está a afirmativa de que em 1864, entre outras nacionalidades que aportaram em Santa Catarina, estão poloneses da Galícia. Existe, portanto, uma profunda discordância de datas, pois pode afirmar ao Prof. Piazza que a imigração polonesa como tal, iniciou-se em Santa Catarina em 1868, dirigindo-se para Brusque. Como o afluxo dessa corrente imigratória continuasse, embora pequena, e pelo fato de serem seus componentes preferencialmente tecelões, vão eles dar início à conhecida indústria textil de Brusque.

\*

Da Profa. *Oksana Boruszenko* (FFCL. da UFP. PR.).

Diz que nas páginas 447 e 450 o Autor refere-se à entrada de austríacos da Itália do Norte no ano de 1875. Não seriam êsses imigrantes eslavos e não austríacos?

Na página 451 há referências sobre a vinda de um grupo de russos no ano de 1890. Solicita, pois, esclarecimentos mais precisos sobre o referido grupo: seriam ucranianos ou alemães do Volga?

Terminando, declara que gostaria receber esclarecimentos do Autor sobre o que êle chama de “folclore literário”.

\*

Do Prof. *Eddy Stols* (FFCL. de Marília. SP.).

Inicialmente felicita o Prof. Piazza pelo seu trabalho, que lhe dá uma visão geral da imigração em Santa Catarina. Queria apenas fazer uma pequena ressalva a respeito da colonização belga organizada por Van Lede (Cf. pág. 444). Houve sim bastante interferência da parte do governo belga e nem todos chegaram a integrar-se, pelo contrário, muitos colonos voltaram. Chama a atenção dos presentes para um interessante inventário de fontes: *Guide des sources*

*de l'histoire d'Amérique Latine*, publicado pelos *Archives Générales du Royaume de Belgique*. Nessa publicação existe farta documentação a respeito da imigração no Brasil, não de belgas, mas de alemães, russos, menonitas, etc.

\*

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL. de Marília. SP.).

Afirma que achou o trabalho proveitoso, pois dá uma visão sistemática e de conjunto das imigrações estrangeiras para Santa Catarina. Não obstante, quer reclamar contra uma excessiva timidez de que se viu possuído o Prof. Piazza ao elaborar a sua comunicação. Timidez que aliás não é nada comum nas suas intervenções em trabalhos. Assim, a comunicação limitou-se a ser uma enumeração mais ou menos cronológica das tentativas e realizações da colonização estrangeira em Santa Catarina, dissociada das conjunturas externas e de outras implicações que na província e no Império foram responsáveis pelos fluxos maiores ou menores das imigrações estrangeiras para Santa Catarina e para o Brasil. A enumeração das diferentes colônias para no tempo. O Autor não as acompanha até os dias atuais. Assim, esses grupos desaparecem, dando impressão de extinção, fracasso ou total assimilação. Acompanhar essa evolução é por vários motivos interessante, inclusive para estudos comparativos, dada a diversidade de nacionalidades dos grupos que se dirigiram para aquela área.

Continuando, diz que na pág. 442 o Autor fala que o povoamento açoriano-madeirense deu "coloração" à sociedade catarinense. O que quis dizer com isso? Deixando o termo sem maiores explicações, quer lhe parecer que incorre o Autor em indesculpável impressão científica de linguagem.

A pág. 443 condiciona o fracasso da imigração à adversidade do solo e do clima e logo em seguida mostra a dispersão de colonos de São Pedro de Alcântara por várias regiões catarinenses, dando assim idéia de que os referidos fatores foram os maiores responsáveis por essas ocorrências. Diz que apreciaria maiores detalhes sobre o assunto, como também sobre a experiência socialista da colônia industrial do Saí, que lhe pareceu merecer uma detença maior.

Finalmente, nas suas conclusões, o Autor diz não falar do negro em Santa Catarina por considerar inexpressiva sua contribuição e representar uma "minoria étnica". Como fecho do trabalho essa afirmação lhe parece mal posta, uma vez que ela se aproxima de uma tese defendida por Nelson Werneck Sodré sobre a ausência do negro no Sul, tese essa hoje completamente reformulada pelas pes-

quisas de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, que aliás têm uma obra sobre a *Côr e mobilidade social em Florianópolis*, onde o assunto é convenientemente tratado. Empregando, e mal, a expressão “minorias étnicas”, na qual inclui o negro, o Autor nos leva a perguntar se a contribuição negra em Santa Catarina foi menor do que a de alguns grupos de imigrantes enumerados por êle neste trabalho e cujas implicações culturais foram muitíssimo limitadas?

\*

Da Profa. *Cecília Maria Westphalen* (FFCL. da UFP. PR.).

1. — Diz que registra algumas impropriedades terminológicas de certa importância. Assim, por exemplo:

À página 442. Em que sentido foi empregado o termo “integração”? Integração do ponto de vista cultural, ou de “incorporação” de um certo número de imigrantes, uma vez que apenas pela chegada, o imigrante de pronto não se integra na sociedade de adoção.

À página 442. Como referir-se a “cidadãos alemães” em 1829?

À página 450. A referência a “minorias étnicas” foi no sentido do conceito geo-político? Como aplicá-lo ao Brasil? Acredita que o Autor desejou utilizar o termo no sentido de “grupos numericamente minoritários”.

2. — Diz também que registra a presença de informações de alta importância, sem contudo maiores explicações de fundamentação. Assim, por exemplo, aquela à página 451, terceiro parágrafo. Neste sentido, e a título apenas exemplificativo, é necessário considerar-se entre outros elementos, a procedência dos imigrantes e as técnicas por êles trazidas.

3. — Notou uma necessidade de maior explicitação a certas afirmativas, como aquela, à página 456, relativa à permanência entre os alemães do “direito de primogenitura”. Diz respeito ao direito positivo brasileiro, ou a que? Pode haver confusão do leitor.

4. — Acredita que um pesquisador, como sabe que o Autor o é, não poderia realizar a afirmação como aquela constante do item 6, salvo melhor juízo.

\*

Do Prof. *Jaciro C. Patrício* (FFCL. de Marília. SP.).

Estende, também, os seus cumprimentos ao Autor pela contribuição que ofereceu ao Simpósio. Entretanto, observa que ao mencionar o Prof. Piazza no início do seu trabalho a fixação dos náu-

fragos e desertores espanhóis, a simples menção não o satisfaz. Não quer que o Autor tome tal insatisfação por crítica, pois pela natureza do tema, não seria possível aprofundar-se no assunto.

A sua intervenção é feita no sentido de dar uma oportunidade ao Prof. Piazza de opinar e ilustrar a sua exposição com alguns fatos.

Nestas condições, pergunta por pormenores sobre:

1. — a fixação dos primeiros espanhóis;
2. — a expedição do *adelantado* Cabeza de Vaca;
3. — o caminho indígena que punha em comunicação o litoral com interior;
4. — se a fixação não deixou nenhuma influência.

\*

Da Profa. *Josefina Chaia* (FFCL. de Marília. SP.).

Diz que considera o trabalho do Prof. Walter Piazza rico em dados e informações, mas pareceu-lhe estranho que não cuidasse das determinações legais para a colonização de Santa Catarina.

Diz que várias questões poderiam ser apreciadas através de consultas às Leis: naturalização dos colonos, leis de orçamentos, contratos assinados com as companhias estrangeiras, etc. Afirma que até mesmo num contrato de mineração poder-se-ia encontrar dados sobre a colonização de Santa Catarina. Cita apenas um exemplo: o contrato celebrado com o Visconde de Barbacena para lavrar carvão de pedra nas margens do Passa-Dois, no Distrito de Laguna, firmado em 1861, decreto n.º 2737, principalmente as cláusulas 7a. e 9a. que cuida dos colonos de Santa Catarina.

\*

Da Profa. *Helga Picolo* (FFCL. da UFRGS.).

Diz que sabe-se que a fundação de Laguna esteve relacionada com a colônia do Sacramento e que a História do Rio Grande do Sul foi uma decorrência dessa colonização. Pergunta, pois: a frota de João de Magalhães, que vem ao Rio Grande do Sul em 1727 (saída de Laguna) teve como finalidade abrir comunicações com a colônia do Sacramento? Como o povoamento da área lagunense (ou seja a integração do litoral dessa área de Laguna) foi afetado pela

ocupação do Rio Grande do Sul, que se segue à descida de João de Magalhães?

\*

Da Profa. *Altiva Pilatti Balhana* (FFCL. da UFP. PR.).

Pede maiores esclarecimentos sôbre os menonitas estabelecidos em Santa Catarina pela Sociedade Colonizadora Hanseática.

\*

Do Prof. *Danilo Lazzarotto* (FFCL. de Ijuí. RS.).

Diz que o Prof. Piazza na página 447 fala da vinda de italianos sob a denominação de austríacos, que seriam oriundos da *Itália Irredenta*. Pergunta, pois, se êsse nome “austríacos” não provém antes dos documentos de identificação dêsses italianos, originários de Veneza que, salvo engano de sua parte, pertenceu à Itália apenas após a guerra franco-austríaca de 1859?

\*

\* \*

#### RESPOSTAS DO PROF. WALTER F. PIAZZA.

Inicialmente esclareceu — da mesma forma que o fizera na apresentação do trabalho — que se tratava de uma síntese do que se publicara até a data, concernente às áreas de colonização do Estado de Santa Catarina.

Elucidou, ainda, que muito lhe desvanecera o número elevado de intervenções, prova de que o trabalho fôra muito lido, apesar de exigir, naquele momento, um trabalho de sua memória, bastante árduo.

Ao Prof. Ruy Cristovão Wachowicz, lembrou que, em se tratando de uma síntese e que a bibliografia citada ao final, estava disposta de acôrdo com as partes do trabalho, além da pressa na elaboração do trabalho para entrega à Comissão Organizadora do Simpósio, impedira uma melhor elaboração e uma revisão necessária.

Quanto aos grupos poloneses radicados no norte-catarinense, como refluídos do Paraná, esclareceu tratar-se de dados obtidos em pesquisa efetuada naquela área, mas, de qualquer forma, aceita as observações sôbre aquêles grupos emigratórios e, por outro lado, ressalta, ser na maioria dos casos, difícil distinguir poloneses de outros grupos eslavos, pela procedência generalizada, no período 1870-1890, como oriundos do Império Austro-Húngaro.

A Profa. Oksana Boruszenko esclarece que os que entram em Santa Catarina sob a denominação de “austríacos”, especialmente no vale do Itajaí e no litoral sul, eram italianos do norte e não eslavos. Os dados sobre os poloneses e russos, entrados em 1890, no Núcleo “Accioly de Vasconcellos”, no sul do Estado, são extraídos do trabalho de Jacinto de Mattos, *Colonização do Estado de Santa Catarina*.

Por outro lado, esclarece que entende por “folclore literário” toda expressão popular consubstanciada em contos e romances, advinhas e provérbios.

Ao Prof. Eddy Stols, referindo-se à Colônia Belga, fundada por Charles Van Lede, agradece as informações prestadas sobre a bibliografia belga a respeito da mesma, e informa que, no panorama econômico e social de Santa Catarina, ainda nos dias que correm, se situam, de maneira saliente, descendentes daqueles belgas.

Ao Prof. José Roberto do Amaral Lapa, esclarece que, dadas as dimensões do trabalho não se poderia focalizar com mais pormenores as conjunturas externas. Acresce que o movimento migratório, nos dias atuais, é problema de documentação. Afirma, ainda, de maneira categórica, que o açoriano deu, inequivocamente, *coloração* ao cenário cultural catarinense, pois, além das manifestações tradicionais gravadas no folclore catarinense, como a “folia” do Divino, as brincadeiras de “boi-navara”, etc., além dos panoramas urbanos, com as mesmas características em todas as povoações fundadas dentro dos “Regimentos” que nortearam a emigração açoriana. No tocante à colônia de São Pedro de Alcântara esclarece que os fatores climato-geológicos levaram, aliados às faltas de tradição agrícola dos colonizadores, ao depauperamento da colônia.

No tocante à Colônia Industrial do Saí, criada dentro das idéias de Charles Fourier, esclarece que o único trabalho existente em língua portuguesa é de autoria do Almirante Henrique Boiteux, citado na bibliografia. E quanto ao negro em Santa Catarina esclarece que tem elaborado trabalho sobre o mesmo contingente, que alcançou, no período da escravidão, um percentual máximo de 13% em relação à população da então Província e que, hoje, é de apenas 3%, e que, ainda, dadas as características urbanas predominantemente, da escravidão em Santa Catarina, pouco restou no contexto cultural, como seja o “cacumbí”, resquício de “congada”.

A Profa. Cecília Westphalen esclareceu que a terminologia empregada se não é de historiador é, entretanto, usada em antropologia e demais ciências sociais. E, que as afirmativas a propósito da situação dos grupos emigratórios alemães, urbanos e artesanais, bem

como aqueles referentes ao direito de primogenitura são fruto de pesquisa-de-campo do autor, colhidos em dois anos de trabalho e incluídos no seu livro *Folclore de Brusque*, visto ser esta comunidade uma área de contatos entre lusos-brasileiros, ítalos e teuto-brasileiros. E que a expressão usada nas conclusões de que “as observações feitas, possivelmente falhas ou deturpadas” o seriam, não por deliberada intenção do Autor, mas, como se expressa o próprio texto, “por falta de estudos mais acurados e sistemáticos”.

Ao Prof. Jaciro Patrício agradece as expressões de aplauso, e esclarece que a menção de naufragos e desertores no litoral catarinense está expressa nos cronistas que trataram das primeiras expedições espanholas ao Mar da Prata e, em especial, a *Relación* de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e Ruy Diaz de Guzman e, quanto ao percurso de Cabeza de Vaca, cita que a reconstituição dêsse trajeto até Assunção foi tentada, com base na descrição de Ulrich Schmidel, pelo Prof. Reinhard Maack, da Universidade do Paraná, em bem fundamentado escrito. E, por fim, aclarou que o espanhol — quer aqueles naufragos e desertores do século XVI, quer aqueles da Invasão de 1777 — não deixaram contribuição mais positiva ao contexto econômico e social de Santa Catarina.

À Profa. Josefina Chaia, agradece as informações sobre a legislação e esclarece que os fatos apontados na exposição indicam situações de fato, com bases em estudos, no tocante à Colônia Blumenau, pelo sr. José Ferreira da Silva, Diretor da Biblioteca e Arquivo Municipal daquela Cidade, pessoa de honestidade comprovada nos seus escritos históricos, e no que tange à Colônia Dona Francisca, há que ressaltar a situação jurídica do município e freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, separadamente da Colônia Dona Francisca, pertencente ao patrimônio dotal dos Príncipes de Joinville, e cujos melhores estudos estão sendo efetuados pelos srs. Carlos Ficker e Adolfo B. Schneider.

À Profa. Helga Picolo esclarece que a fundação de Laguna não está ligada à da Colônia do Sacramento, mas, bem pode estar prêsa ao desejo de firmar o princípio do *uti-possidetis* no Brasil Meridional e que a “descida” de João de Magalhães aos Campos do Viamão, por ordem do seu sogro Domingos de Brito Peixoto, ligue-se ao problema da criação de gado no Sul e lembra que o problema da fundação de Laguna foi estudado pelo Almirante Lucas A. Boiteux, em *Francisco de Brito Peixoto, Senhor da Laguna*.

À Profa. Altiva Pilatti Balrana esclarece que os russos menonitas que se haviam estabelecido em Witmarsum, nas margens do rio Krauel, dispersaram-se.

Ao Prof. Danilo Lazzaroto informa que a elucidação da origem dos imigrantes "italianos", especialmente do Norte da Itália, anteriores à Primeira Guerra Mundial e mais precisamente no período de 1875 a 1890, só é possível através dos documentos de identificação dos aludidos imigrantes.